



SAPIENZA
UNIVERSITÀ DI ROMA

I SEMINÁRIO INTERNACIONAL BRASIL – ITÁLIA

Justiça Global, Estado Ecosocial e Ultratecnologização





I SEMINÁRIO INTERNACIONAL BRASIL – ITÁLIA LA SAPIENZA, SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

Justiça Global, Estado Ecosocial e Ultratecnologização

1. TÍTULO DO PROJETO

I Seminário Internacional Brasil–Itália: Justiça Global, Estado Ecosocial e Ultratecnologização

2. INTRODUÇÃO / JUSTIFICATIVA

O cenário internacional contemporâneo caracteriza-se por transformações estruturais que incidem simultaneamente sobre a ordem política, econômica, ambiental e tecnológica global, produzindo impactos relevantes sobre os sistemas de justiça e sobre os fundamentos da governança democrática. A intensificação do pluralismo social, a reconfiguração das dinâmicas geopolíticas, a ampliação dos fluxos informacionais digitais e a crescente interdependência entre Estados e instituições demandam respostas institucionais qualificadas, capazes de preservar a estabilidade normativa e a confiança pública em contextos de elevada complexidade política.

Nesse ambiente, o sistema de justiça assume papel estruturante na consolidação do Estado de Direito, atuando como instância de racionalidade institucional, mediação normativa e estabilização democrática. Em democracias constitucionais, a atuação jurisdicional representa elemento essencial de equilíbrio e previsibilidade institucional, especialmente diante de cenários caracterizados por intensificação do debate público, diversidade de perspectivas sociais e crescente sofisticação das interações transnacionais.

A compreensão adequada desses fenômenos exige, entretanto, abordagem interdisciplinar e cooperação estruturada entre Sistema de Justiça e comunidade acadêmica. A academia, como espaço de reflexão crítica, produção científica e desenvolvimento metodológico, desempenha papel fundamental na qualificação das decisões institucionais e na formulação de respostas sustentáveis aos desafios contemporâneos. O diálogo permanente entre tribunais, universidades e centros de pesquisa fortalece a capacidade analítica das instituições, amplia o horizonte comparado



e contribui para o aprimoramento científico e tecnológico aplicado à governança judicial.

O I Seminário Internacional Brasil–Itália insere-se nesse contexto como iniciativa estratégica vinculada ao Programa “Diálogos Globais – Justiça e Geopolítica”, concebido como espaço permanente de interlocução acadêmica e institucional voltado à ampliação da inserção internacional do Poder Judiciário brasileiro. A proposta fundamenta-se na premissa de que a cooperação transnacional, o intercâmbio científico e a articulação interinstitucional constituem instrumentos essenciais para o fortalecimento da governança judicial em cenários de elevada complexidade normativa e institucional.

O projeto apresenta aderência direta a ações orientadas ao desenvolvimento científico e tecnológico nacional, ao contribuir para: (i) o fortalecimento da produção de conhecimento aplicado às transformações contemporâneas da justiça e da governança institucional; (ii) a constituição e consolidação de redes estruturadas de intercâmbio com órgãos e entidades da administração pública do País e do exterior; e (iii) a promoção da cooperação internacional voltada ao desenvolvimento de pesquisas científicas de interesse transnacional, especialmente nos campos da justiça global, da sustentabilidade ecossocial e das tecnologias emergentes.

A realização do Seminário em Roma, em parceria com universidades italianas, e posteriormente em Brasília, no âmbito do Superior Tribunal Militar, simboliza o diálogo entre tradição jurídica e institucionalidade democrática contemporânea, reafirmando a diplomacia judicial como mecanismo legítimo de cooperação multilateral, intercâmbio científico e fortalecimento institucional.

O evento propõe-se, assim, a fomentar reflexão acadêmica e institucional de alto nível acerca dos desafios contemporâneos à governança judicial, com ênfase na estabilidade institucional, na resiliência democrática e na cooperação internacional como vetores estruturantes do fortalecimento do Estado de Direito, em consonância com o ODS 16 da Agenda 2030 e com as diretrizes do Planejamento Estratégico da Justiça Militar da União.

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Promover o diálogo acadêmico e institucional internacional sobre os desafios contemporâneos da justiça global, da sustentabilidade ecossocial, da democracia e das transformações tecnológicas, com ênfase na estabilidade institucional, na resiliência



democrática e na cooperação internacional como instrumentos de fortalecimento da governança judicial.

3.2 Objetivos Específicos

I. Promover o intercâmbio acadêmico, científico e institucional entre magistradas(os), I. Estruturar e consolidar redes internacionais permanentes de cooperação acadêmica e institucional entre o Poder Judiciário brasileiro, universidades, centros de pesquisa e organismos internacionais, com vistas à formalização progressiva de parcerias técnico-científicas de interesse comum.

II. Promover intercâmbio qualificado entre magistradas(os), pesquisadoras(es), docentes e discentes de pós-graduação, estimulando mobilidade acadêmica, cooperação interinstitucional estruturada e articulação entre programas de pesquisa no Brasil e na Itália.

III. Fomentar a constituição de projetos de pesquisa conjuntos, grupos de investigação binacionais e iniciativas acadêmicas colaborativas voltadas ao estudo da justiça global, da governança judicial e das transformações contemporâneas do Estado.

IV. Incentivar a captação futura de recursos e a submissão de propostas a editais nacionais e internacionais de fomento à pesquisa, fortalecendo a sustentabilidade científica das parcerias estabelecidas.

V. Estimular a publicação científica conjunta em periódicos qualificados, a organização de obra coletiva resultante do Seminário e a circulação internacional da produção acadêmica vinculada ao Programa Diálogos Globais – Justiça e Geopolítica.

VI. Consolidar a diplomacia judicial como instrumento legítimo de cooperação multilateral, integrando Sistema de Justiça e Academia em redes internacionais de produção de conhecimento e governança institucional.

VII. Contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico nacional mediante a integração entre pesquisa acadêmica, prática jurisdicional e formulação de políticas institucionais, em alinhamento com as diretrizes de internacionalização e com o Planejamento Estratégico da Justiça Militar da União.

4. ESCOPO DO PROJETO

4.1 O que será feito

- Realização do I Seminário Internacional Brasil–Itália, com duração de 3 dias (dias 13, 14 e 15 de abril), em Roma;
- Realização do II Seminário Internacional Brasil–Itália, com duração de 2 dias, na segunda quinzena de junho, em Brasília no Superior Tribunal Militar;
- Lançamento de **edital de chamamento público internacional** para submissão de comunicações científicas;
- Realização de conferência inaugural (Aula Magna) e mesas temáticas;
- Apresentação de comunicações em modalidade **presencial e virtual síncrona**;
- Gravação audiovisual das atividades;
- Organização e publicação de livro digital com a Aula Magna e palestras selecionadas, incluindo tradução da Aula Magna para o italiano;
- Formulação de proposta de cooperação para o II Seminário Internacional a ser realizado no Brasil em 2026.

4.2 Produtos (Deliverables)

a) **Livro digital** contendo:

- Aula Magna;
- Palestras realizadas no Seminário;
- Tradução da Aula Magna para o idioma italiano;

b) **Registro audiovisual**:

- Gravação da Aula Magna;
- Gravação das mesas e apresentações selecionadas;

c) **Memória institucional**:

- Relatórios e registros vinculados ao Programa Diálogos Globais.

5. METODOLOGIA

O projeto será desenvolvido por meio das seguintes etapas e ações:

1. **Publicação de Edital de Chamamento Público Internacional**, disciplinando:
 - critérios de submissão;
 - linhas de pesquisa;
 - modalidades de apresentação;
 - critérios de seleção.
2. **Submissão de comunicações científicas**, alinhadas às linhas de pesquisa do Seminário.

3. **Avaliação das propostas** por Comissão Científica, considerando:
 - aderência temática;
 - qualidade acadêmica;
 - relevância institucional.
4. **Realização do Seminário**, com:
 - apresentações presenciais;
 - apresentações virtuais síncronas;
 - mesas temáticas e Aula Magna.
5. **Registro audiovisual**, organização editorial e publicação dos resultados.

6. LINHAS DE PESQUISA

1. Justiça Global, Fragmentação Política e Democracia:

- 1.1 Desafios contemporâneos da justiça internacional e polarização;
- 1.2. Direitos humanos, soberania e jurisdição internacional em tempos de ameaça, chantagem e extorsão como política relacional entre nações;
- 1.3. Tribunais internacionais e mecanismos de responsabilização;
- 1.4. Justiça social, desigualdades globais e inclusão

2. Sustentabilidade Ecosocial e Justiça Climática:

- 2.1. Desenvolvimento sustentável e economia verde
- 2.2. Justiça climática e responsabilidade diferenciada
- 2.3. Políticas ambientais globais e acordos internacionais
- 2.4. Povos originários, mulheres e juventude: reparação e projeção de futuro no mundo hiperconectado (COP 30)
- 2.5. Ciência e a centralidade do equilíbrio ecológico mundial

3. Tecnologias Emergentes, Democracia e Sociedade Digital

- 3.1. Tecnologias emergentes, sociabilidade 2.0 e a qualidade da informação
- 3.2. O (des)controle da manipulação digital e o impacto nas escolhas políticas
- 3.3. O potencial da ciberdemocracia
- 3.4. Periferias, narrativas e resistência à ultratecnologização da política
- 3.5. Novas Tecnologias em Saúde, energia e mobilidade urbana: governança e regulação transnacional

4. Universidade, Polarização Política e Crise Democrática

- 4.1. Polarização política e liberdade de cátedra

- 4.2. Precarização do financiamento público, privatização e rapinagem da pesquisa
- 4.3. Perspectiva do ensino com a desatenção potencializada pela hiperconexão
- 4.4. A função emancipadora e desenvolvimentista da Universidade
- 4.5. Ciência aberta e sustentabilidade: a cooperação imprime o avanço tecnológico.

5. Geopolítica, Multilateralismo e Sistema de Justiça

- 5.1. Transformações da ordem internacional e impactos sobre o sistema de justiça
- 5.2 Multilateralismo, governança global e cooperação jurídica internacional
- 5.3. Soberania, segurança, defesa e jurisdição em contextos geopolíticos contemporâneos
- 5.4. Diplomacia judicial, diálogo entre cortes e atuação internacional dos tribunais
- 5.5. Geopolítica, direitos humanos e mecanismos internacionais de responsabilização

7. PÚBLICO-ALVO

- Magistradas(os) e servidoras(es) do Poder Judiciário;
- Integrantes da Advocacia pública e privada;
- Integrantes das Forças Armadas e especialistas em defesa e segurança;
- Pesquisadoras(es), docentes e estudantes de pós-graduação;
- Universidades brasileiras e italianas;
- Instituições judiciais, acadêmicas e organismos internacionais;
- Corpo diplomático e representantes institucionais;
- Comunidade acadêmica e institucional interessada em justiça global e geopolítica.

8. RECURSOS HUMANOS

- Coordenação científica:
 - 1. Professora Doutora Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha
 - 2. Professora Doutora Edilene Lobo
 - 3. Professor Doutor Roberto Miccú
 - 4. Doutoranda Bárbara Livio



- Comissão executiva:
- Comissão científica avaliadora:
- Equipe de apoio técnico, audiovisual e editorial.